

Aspectos da política sul-mato-grossense: uma breve análise de conjuntura

Submetido em: 25/08/2020, aprovado em: 12/08/2020
10.30612/mvt.v7i13.12652
Ailton Souza¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar uma breve análise de conjuntura acerca do estado de Mato Grosso do Sul privilegiando alguns aspectos em torno da política regional. Para atingir este propósito adotamos como método de abordagem um recorte exploratório-descritivo do estado identificando e cotejando seus principais atores e nuances que englobam sua história recente. As diretrizes, escolhas e decisões de um governo provocam mudanças que incidem diretamente na sociedade, sendo o desenho e a produção de políticas públicas o seu principal instrumento da governança. Todavia, as ações do governo não são ao acaso, mas influenciadas por amplo jogo de forças envolvendo atores e interesses muitas vezes divergentes. A atuação do governo através das políticas públicas pode ser derivada de diferentes ações a partir de Leis, Decretos e outras formas de exercício do poder nem sempre objetivas. Em todos os casos é necessário constantemente redescobrir a realidade, visto que os atores sociais, políticos e econômicos se movimentam no tabuleiro da política.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Projetos Políticos. Neoliberalismo.

Aspects of the South-Mato-Grossense policy: a brief analysis of the conjuncture

ABSTRACT: The aim of this article is to present a brief conjuncture analysis about the state of Mato Grosso do Sul focusing on some aspects around regional policy. To achieve this purpose, we adopted as an approach method an exploratory-descriptive outline of the state identifying and comparing its main actors and characteristics that encompass its recent history. The guidelines, choices and decisions of a government cause changes that directly affect society, and the design and production of public policies is its main instrument of governance. However, the government's actions are not random, but influenced by a broad set of forces involving actors and interests often divergent. The government's performance through public policies can be derived from different actions based on laws, decrees and other forms of exercise of power that are not always objective. In all cases it is

¹ Mestre em Ciências Sociais - UNB, Doutor em Ciência Política - UNICAMP. Professor de Ciências Sociais - UEMS/Paranaíba - MS



necessary to constantly rediscover reality, since social, political and economic actors move on the policy board.

Keywords: Public Policies. Political Projects, Neoliberalism

Aspectos de la política sul-mato-grossense: un breve análisis de la coyuntura

RESUMEN: El objetivo de este artículo es presentar un breve análisis de la coyuntura sobre el estado de Mato Grosso do Sul, centrándose en algunos aspectos en torno a la política regional. Para lograr este propósito, adoptamos como método de aproximación una sección exploratoria-descriptiva del estado identificando y cotejando a sus principales actores y los matices que abarcan su historia reciente. Las directrices, elecciones y decisiones de un gobierno causan cambios que afectan directamente a la sociedad, y el diseño y la producción de políticas públicas es su principal instrumento de gobernanza. Sin embargo, las acciones del gobierno no son aleatorias, sino influenciadas por un amplio juego de fuerzas que involucran actores e intereses a menudo divergentes. La acción del gobierno a través de políticas públicas puede derivarse de diferentes acciones basadas en leyes, decretos y otras formas de ejercicio de poder que no siempre son objetivas. En todos los casos es necesario redescubrir constantemente la realidad, ya que los actores sociales, políticos y económicos se mueven en el consejo político.

Palavras Clave: Política Pública. Proyectos Políticos. Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise de conjuntura política a partir da abordagem exploratório-descriptiva tendo como pano de fundo um recorte ilustrativo do estado sul-mato-grossense. Enquanto um dos estados mais novos da federação o Mato Grosso do Sul já foi pauta de diversos estudos. Mas, embora, muito se tenha abordado sobre a região é possível ainda identificar diferentes lacunas, sobretudo, em temas da ciência política como democracia, instituições políticas, governo e políticas públicas. A carência de maiores análises dentro desta área de análise dificulta um diagnóstico mais aprofundado que busque responder, por exemplo, quais os rumos e decisões tomadas pelo estado no âmbito das políticas públicas nas últimas décadas?

O presente questionamento é abrangente e ao mesmo tempo oportuno para entendermos o comportamento e as diretrizes das políticas públicas do governo do estado de Mato Grosso do Sul desde sua criação em 1979. Entendendo que de modo geral as políticas públicas seguem as agendas e diretrizes de governo, identificar cenários e aspectos da política regional contribuem para um exame mais preciso do estado na contemporaneidade. Diante a este cenário uma análise de conjuntura contemplando a política regional torna-se plausível, especialmente quando não negligenciamos, por mais esparsos que sejam a influência, atuação e percepção de atores políticos e sociais no tocante ao desenvolvimento de seus valores e atitudes, bem como os fatores políticos e históricos da região (BAQUERO e PRÁ, 2007).

Análises de conjuntura podem ser entendidas conforme destacou Souza (2005), como uma mistura de conhecimento e descoberta a partir de uma leitura especial da realidade que não faz parte apenas da arte da política, mas que pode também ser traduzido em um ato político. Neste sentido, o conceito implica na capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações e tendências a partir de dados e das informações disponíveis. Todavia, há necessidade de clarear alguns aspectos, tais como os acontecimentos, os cenários, os atores, as relações de força e as articulações que se baseiam na relação entre a estrutura e conjuntura (SOUZA, 2005).

Tais princípios norteiam o presente artigo que se divide em três partes, exceto esta breve introdução e considerações finais. A primeira parte ilustra um cenário panorâmico do estado com algumas particularidades em relação ao seu surgimento e algumas particularidades do estado após sua separação do atual estado de Mato Grosso. Outros aspectos brevemente caracterizados se relacionam a migração e ocupação da região, bem como das classes e grupos atores existentes no estado. Esses ingredientes permitem vislumbrar tanto a emancipação político-administrativa do estado como as políticas que seriam adotadas ao longo dos anos. Já na segunda parte deste trabalho destacamos algumas políticas que favoreceram alguns setores no campo do desenvolvimento em detrimento a outros pouco privilegiados na agenda de governo. Tais como indígenas, trabalhadores do campo, brasiguaios entre outros.

Enfim, na terceira parte da abordagem enfocamos a questão política a partir de um panorama mais abrangente em torno das elites agrárias e políticas no estado. Destacamos ainda o perfil dos atores e o conceito de projeto político derivado da abordagem de Dagnino, Olvera, Panfichi (2006). Este conceito que como veremos é caracterizado pelas crenças e interesse dos indivíduos é adotado neste artigo como uma das lentes de interpretação da conjuntura política do estado. Após estas discussões panorâmicas acerca do estado tecemos nossas considerações finais enfatizando como a disputa entre os projetos políticos na região influenciaram as linhas preferenciais de governabilidade.

A FORMAÇÃO DO ESTADO: UMA VISÃO PANORÂMICA

A construção de um retrato do estado de Mato Grosso do Sul perpassa certamente pelo panorama de sua criação em 1977 e a sua emancipação em 1979. Este processo que deu origem ao estado refletiu, sobretudo, os antagonismos de classe, a violência, o poderio das oligarquias políticas e dos antigos coronéis da região (SOUZA, 1997; BITTAR, 2009). Sua origem, neste sentido, foi marcada por acontecimentos e retóricas políticas controversas e muitas vezes vazias, tendo em vista que as elites viam no estado que iria surgir um “estado modelo” a partir da sua separação com a região Norte. O presente discurso conforme salienta Bittar (1998) seria uma falácia, à medida que o único modelo que se viu no novo estado foi de como processar rapidamente a alternância de poder com a indicação e imposição de três governadores entre os anos de 1979 e 1980. O fato das elites agrárias perceberem que poderiam chegar e se manter no poder conforme destaca a autora coaduna com esta perspectiva, haja vista que grande parte dos atores políticos que chegaram ao poder terem alguma vinculação direta ou indireta com as elites agrárias e industriais do estado.

Este panorama que envolve a história do estado é permeado por disputas e amplos antagonismos entre os atores sociais e políticos ainda antes da criação e emancipação do estado. Neste terreno desde os anos 1920 práticas coronelistas e mandonistas se manifestam no estado marcando



a história política da região. Os antigos coronéis que dominavam a estrutura política vigente do estado destacaram seu poderio especialmente no processo de divisão do estado, que colocou em choque os interesses divergentes das elites agrárias do antigo território mato-grossense.

Encabeçadas pelas famílias tradicionais pertencentes de ambas as regiões as mesmas defenderiam as vantagens políticas e econômicas mais interessantes a seus grupos políticos no que tange a economia e o desenvolvimento. Para tanto, não hesitariam fazer uso da violência que segundo aborda Correa (2006), foi extrema em torno da luta pela posse da terra e entre as classes e políticas partidário-locais. A manifestação do coronelismo, embora relacionadas ao passado do estado podem ainda ser interpretadas como ainda vigentes em alguns cenários da atualidade. Esta percepção foi suscitada por Souza (1997), que apontou que os antigos coronéis seriam na história recente uma das principais peças da engrenagem da política do estado atuando atualmente como políticos, empresários, profissionais liberais entre outras ocupações.

Outro traço do estado se relaciona aos incentivos para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul após sua separação. Segundo Abreu (2014), neste quesito Mato Grosso do Sul teria recebido menores investimentos do Governo Federal através da *Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO em relação ao Mato Grosso*. Porém, seria o estado de Mato Grosso do Sul que teria melhores condições de se desenvolver mais rapidamente em virtude de diferentes fatores como: a) estaria em uma rota de desenvolvimento vinda pelo sul do país, que desde os anos 1940 é marcada pela “marcha para o oeste” que, conforme destacou Albanez (2013), ficou conhecido como movimento de nacionalização de fronteira ganhando expressão a partir da ampliação do comércio da erva mate e da colonização do sul do estado; b) recebe primeiramente o movimento de expansão da fronteira agrícola para Centro-Oeste, que conforme mencionou Steinberger (2000) marcou desde os anos 1970 a ampliação da cultura da soja e, posteriormente do milho e de outras lavouras em toda a região sul de Mato Grosso do Sul.

Estes fatores aliados a forte migração e fixação dos granjeiros e agricultores do sul do país modificaram a paisagem do estado e contribuíram para o seu rápido desenvolvimento econômico (ZAMBERLAN et. al 2010). Estes acontecimentos marcam de modo geral o processo histórico de ocupação do estado à medida que este atraiu pessoas de todas as regiões do país e de países estrangeiros, que se fixaram no estado, tanto visando o cultivo e indústria da erva mate, como para o desenvolvimento de culturas e da criação de gado.

Todavia, conforme aborda Bittar (2009), é devido ao excelente desempenho na criação de bovinos que o estado se destacaria nacionalmente ampliando a concentração fundiária na região. O crescimento da produção de grãos e os espólios da divisão do estado favoreceram o fortalecimento dos grandes proprietários rurais locais e toda a base elitista que viriam no futuro segundo a autora a dirigir o governo e influenciar os rumos do estado. Estes atores históricos constituem um dos elementos da análise de conjuntura. Contudo, cabe um exame mais aprofundado que aponte como atores diversos atuaram ou influenciaram a sociedade sul-mato-grossense.

Se considerarmos o perfil do estado que apresenta inúmeros latifúndios e amplos embates em torno da posse da terra, não há dúvidas que um dos seus atores derivaria das elites agrárias. A menção as elites são estudadas na ciência política a partir do campo analítico da teoria das elites. Conceito que no dicionário de Ciência Política organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2008), refere-se à teoria que enfatiza que em toda a sociedade existe uma minoria, e esta de várias formas possíveis, é detentora de poder em contraposição a uma maioria que seria privada dele. Sucintamente como reporta Raposo (2019), as elites são formadas por pequenos grupos de indivíduos que se destacam entre seus pares em algum campo específico e que podemos dizer ocupam certo protagonismo.

Neste sentido: “Conhecimento, riqueza, prestígio, poderio militar, desenvolvimento tecnológico, lugar de nascimento, competição pública e, também mérito são as principais fontes de poder das elites políticas em todo o mundo (RAPOSO, 2019, p. 160).

As elites conforme argumenta Codato (2015), nem sempre são fáceis de identificar, cabendo analisar em linhas gerais quem manda e faz parte de um círculo de poder que consegue influenciar as decisões chaves de determinado governo. Segundo o autor há três métodos de análises pertinentes para a identificação das elites e, estas consistem no conhecimento posicional, decisional e reputacional dos atores. Os dois primeiros métodos, que de certa forma nos parece ser mais práticos para análise de uma população são definidos pelo autor da seguinte forma:

O método posicional enfatiza que os que decidem são aqueles indivíduos ou grupos que preenchem as posições formais de mando em uma comunidade (diretorias de grandes empresas, cúpulas do Executivo, posições superiores nas organizações políticas e militares)...

O *método decisional* sustenta, por sua vez, que as pessoas com poder são aquelas capazes de tomar as decisões estratégicas para uma comunidade (ou influenciar as suas decisões mais importantes) e nem sempre se confundem com aquelas que ocupam as posições formalmente designadas como as mais relevantes (CODATO, 2015, p 16).

O terceiro método conforme abordado ocorre a partir de dois movimentos: o primeiro consiste na elaboração de uma lista com os nomes de lideranças de uma comunidade a partir de posições de diferentes arenas decisórias e o segundo, em remeter esta lista a um conjunto de especialistas para indicação dos mais reputados, influentes e poderosos. Sem a intenção de aplicar estes métodos, tendo em vista que o olhar aqui adotado é basicamente panorâmico, vemos que o método posicional e decisional são mais próximos a esta abordagem, embora, não realizamos distinções mais específicas em relação aos atores regionais.

A diversidade de atores políticos e sociais são, neste sentido, uma das chaves mais importantes para a compreensão do estado de Mato Grosso do Sul ou para elaboração de qualquer análise de conjuntura. Conforme expressou Souza (2005) em uma análise de conjuntura os atores são aqueles que representam, encarnam um papel dentro de um enredo ou em uma trama de relações, sobretudo, de uma ideia, projeto, reivindicação, promessa ou denúncia. Dentro desta dimensão, se por um lado a sociedade política - entendida por atores representativos do legislativo e executivo -, pode ser caracterizada pela sua atuação e maior influência nas esferas de poder, por outro, a sociedade civil – representada por segmentos sociais organizados em torno de pautas e demandas específicas -, compostas pelos atores sociais urbanos e rurais pode se caracterizada pela sua capacidade de exercer pressão na defesa de seus direitos sociais.

Em linhas gerais, ambos os tipos de atores que fazem parte da estrutura política e social do estado podem ser condicionados as classes e frações de classe ou extratos, que conforme caracterizada por Bittar (1998) comporiam toda a estrutura do social do estado. As mesmas seriam classificadas pela autora como: a) fração latifundiária, que envolveria as famílias tradicionais oriundas especialmente de São Paulo e Minas Gerais; b) a fração cujo, os representantes derivariam das grandes empreiteiras da construção civil que passaram a adquirir mais propriedades rurais; e, c) a fração relativa à burguesia agrária, composta basicamente por gaúchos que, a partir de fluxos migratórios modernizaram a agricultura sul-mato-grossense. Estas frações estariam segundo a autora mais envolvida com



partidos como o PP e PMDB. Além desta breve classificação, teríamos ainda as camadas médias urbanas, segmentos profissionais como advogados, engenheiros e médicos, funcionários públicos e profissionais assalariados, prestadores de serviços, professores, trabalhadores rurais e do setor da construção civil e alimentação. Estes atores de modo geral apoiariam até o final dos anos 1980, partidos como PDS, PP, PCB e PT.

Outros atores importantes que podem ser acrescentados nesta classificação são os grupos indígenas e os brasiguaios. Os primeiros como observou Mizusaki (2017) foram usados como mão-de-obra na Guerra com o Paraguai 1864-1870 e também na exploração da erva mate. Logo após a guerra, seriam mais uma vez aproveitados em trabalhos nos canaviais, construção civil, trabalhos domésticos entre outros setores e, depois da emancipação do estado, quando não incorporados a lógica capitalista, seriam invisibilizados pela sociedade sul-mato-grossense. Já os brasiguaios estão relacionados na história do estado ao contexto geopolítico de penetração e ocupação de fronteiras, acionada durante os governos militares com o intuito de alargar seus domínios em uma política considerada resquício da guerra com o Paraguai ocorrido no último quartel do século XIX. Estes atores teriam maior expressão ao longo do processo de redemocratização quando retornam do Paraguai buscando se fixar nas áreas rurais do estado incorporando as fileiras dos movimentos sociais dos sem-terra.

Adicionalmente aos atores mencionados resta ainda apontar outros atores importantes, mesmo que esporádicos como o Movimento dos Posseiros Urbanos que contou com 50.000 integrantes em 1987 na capital Campo Grande – MS e outros atores que atuaram na defesa dos direitos específicos como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAGRI e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG. Estas últimas instituições tiveram relevância na pauta e na estrutura política sendo apoiadas por outras instituições como igrejas, partidos e sindicatos. Vale considerar para estes dois últimos as influências nas atividades de mobilização popular da Teologia de Libertação propagada pela Igreja Católica tanto na luta no campo como no ambiente urbano através das Comunidades Eclesiais de Base no fortalecimento das lutas políticas em torno da defesa de direitos urbanos e rurais. As entidades religiosas, sindicais e partidárias como a Igreja Católica, o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores – CUT seriam vistos dentro deste cenário como incubadores institucionais. Ou seja, instituições que organizariam e reorientariam atores nas clivagens e contestação política, contribuindo com recursos organizacionais e ao mesmo tempo atraindo pessoas ao seu campo ideológico (HOUTZAGER, 2004).

CONTEXTOS POLÍTICOS ECONÔMICOS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

Um dos adjetivos mais aceitos imputados a política é de que ela seja considerada uma opção pacífica de resolução de conflitos, pois de outra sorte só nos restaria à beligerância. Não obstante, o elemento central das políticas de governo são as atividades políticas relacionadas a tomada de decisão que podem se traduzir ou não em políticas públicas. Todavia, como reporta Rua (1998), uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer que diversas ações sejam relacionadas no sentido a implementar as decisões tomadas. As decisões e as políticas podem envolver atores públicos e privados, entre os quais estão políticos com mandatos eletivos, burocratas com cargos estratégicos, empresários e representantes de setores econômicos, trabalhadores e suas organizações, sindicatos, agentes financeiros internacionais e atores da mídia (RUA, 1998).

Entretanto, as decisões políticas correspondem a uma escolha dentre um leque de alternativas, enquanto as políticas públicas envolvem mais do que uma decisão requerendo diversas ações que devem ser estrategicamente selecionadas. Na teoria econômica conforme destacou Silva (1996) a política e a decisão pública são consideradas elementos da teoria de escolha racional, o que pressupõe que os conceitos de preferências, ordenações e a maximização sejam condicionadas por restrições. Deste modo como já previa Pedone (1986), o processo decisório é produto do livre jogo de influências e de poder entre grupos de pressão organizados que defendem seus interesses individuais.

Os diversos aspectos elencados podem ser relacionados ao contexto econômico do estado, principalmente no tocante aos estímulos à industrialização. Tais estímulos estariam relacionados à atuação de atores ligados as elites regionais. O elitismo como aborda Rua (1998), deriva dos resultados das disputas por demandas, apoios e benefícios que seriam previamente definidos pelos interesses das elites, que controlariam os recursos organizacionais da sociedade ou da classe dominante que controla seus recursos produtivos.

Em relação ao estado de Mato Grosso do Sul as elites estariam ligadas os atores do mundo agrário, que seriam vistos ocupando posições de destaque na direção das políticas econômicas e influenciando a agenda do governo estadual em torno da indústria ligada à agricultura e a criação de gado. É dentro deste contexto que a industrialização do estado cresce, ancorada principalmente pelos incentivos recebidos pelos diferentes governos. A indústria no estado também pode ser analisada a partir das suas diversas fases, sendo a primeira originada junto como a emancipação do estado ainda de forma tímida no final dos anos 1970 e meados dos anos 1980. Já a segunda fase ocorre ao longo dos anos 1980-1990 quando a indústria passa a se fortalecer e ganhar maior terreno. Isto, devido ao desenvolvimento da agropecuária e da pressão de agropecuaristas em torno da necessidade de indústrias voltadas ao beneficiamento de suas produções (ZAMBERLAN et al 2010).

Considerando a influencia do projeto neoliberal após a emancipação do estado, Carmo (2018) aponta para as novas formas de planejamento industrial, no estado, bem como as demandas produtivas implementadas por um conjunto de políticas econômicas e sociais, cuja prioridade centrou-se em setores secundários e terciários. Ademais, conforme menciona o autor o estado seguiu diretrizes econômicas nacionais e internacionais, priorizando entre 1986-1990 o crescimento e a modernização econômica a partir da transformação da estrutura produtiva de primária para secundária. Pode-se dizer que é partir deste momento que o estado entra na lógica da economia globalizada. No entanto, o apoio dos governos à economia também enfatizaria a política de incentivos fiscais aos setores de industriais que condicionam, por exemplo, o surgimento da Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul – FIEMS em janeiro de 1979. A federação vem neste sentido fortalecer a cobrança por respostas as demandas da indústria no estado.

Tais cobranças passariam a ser mais incisivas em 1983 diante a expansão da indústria e crescente diversificação de pólos produtivos em vários municípios do estado (ZAMBERLAN, et al 2010; CARMO, 2018). A consolidação do agronegócio seria neste sentido segundo Carmo (2018), também resultado do cenário de expansão da indústria, que ganha força a partir de 1992 com a criação do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul – CODESUL. Conselho derivado da preocupação do governo do estado com o planejamento de áreas mais dinâmicas para investimentos econômicos.

O interesse do governo mostra uma tendência que, no entanto, não é nova, à medida que consolidou muito antes na história do estado com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO, que envolveu o Governo Federal e o Estadual. Além da SUDECO, Abreu (2014), destacou o Programa Especial do Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul – PROSUL,



que foi criado em 11/10/1977 com vigência de 10 anos tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, ampliação da produção de produtos alimentares básicos e a exportação de produtos agropecuários. A SUDECO teria ainda a intenção de promover a agroindústria no sentido de beneficiar e processar as matérias-primas regionais. Ambas as entidades tinham objetivos comuns e foram criadas tendo em vista o desenvolvimento consolidado dos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Todavia, em relação às entidades implantadas especificamente pelo estado de Mato Grosso do Sul para fortalecer o desenvolvimento econômico podemos citar a criação do Fundo de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul – FUNDESUL e da Companhia de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Mineração de Mato Grosso do Sul - CODESUL. A Fundesul foi criada pelo decreto nº 20 de 01/01/1979 buscando financiar, com ou sem retorno investimentos em programas e projetos prioritários em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social e despesas de órgãos e entidades de Administração Indireta e de fundações instituídas pelo Poder Público, em projetos e atividades voltados para a modernização institucional.

Já a Codesul foi criada pelo Decreto nº 29 de 11 de janeiro de 1979 tinha por finalidade exclusivamente a promoção e o fomento das atividades industriais, comerciais e de mineração do estado favorecendo financiamentos, incentivos fiscais e outros benefícios necessários do setor. Além de ambas as entidades que colaboraram para o desenvolvimento econômico da indústria no estado vale mencionar, talvez uma das principais políticas de estímulo ao setor no estado, ou seja, o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e a Renda “MS Empreendedor”. Este programa foi criado pela Lei Complementar 93 de 05/11/2001 e concede desde então benefícios e incentivos fiscais, financeiro-fiscais ou extra fiscais como instrumentos de política de fomento à industrialização do Estado e à circulação de bens econômicos em seu território com uma ampla gama de vantagens para instalação de empresas no estado. Entre as vantagens disponibilizadas ao empresário e ao setor industrial esta a dedução de até 67% dos valores devidos em ICMS ao estado por um período de até 15 anos.

As políticas de incentivo a indústria chega ao campo por diferentes canais além dos programas e entidades elencadas, tal como pelo crédito rural vindo do Governo Federal. Dados relativamente recentes como aborda Nardoque, Melo e Kudlavicz (2018), apontam que entre 2002 e final de 2011, ao longo do governo Lula houve um aumento significativo neste tipo de crédito, que passou de R\$= 972 milhões a 3, 4 bilhões de reais no estado. Aspecto que mostra segundo os autores certo alinhamento do governo Lula ao seu antecessor FHC. Por outro lado, como afirmam os autores também haveria um movimento de alinhamento entre o capital mundial e nacional, os latifundiários e o estado.

Enquanto um dos principais fomentos ao agronegócio brasileiro o crédito rural e a liberação de créditos para agricultura empresarial contribuiu para expandir o mercado das *commodities* no estado (NARDOQUE, MELO e KUDLAVICZ, 2018). Não obstante, se por um lado, houve estímulos ao setor empresarial e industrial, por outro, houve pouco interesse político em solucionar as demandas sociais urbanas e rurais. Em especial as relacionadas as demandas indígenas e de trabalhadores rurais sem terra. Deste modo, nas últimas décadas conforme mencionam os autores houve um sensível abandono das políticas de reforma agrária nos governos petistas de Lula e Dilma.

Contudo, a articulação popular limitou as perdas buscando alternativas que possibilitaram diminuir alguns efeitos através de projetos participativos de desenvolvimento como os projetos de infra-estrutura em territórios rurais – PROINFS, que subsidiados com recursos públicos consolidaram entre 2002 e 2014 o total de 278 projetos com valores de superiores a R\$=74 milhões de reais.

Já após o governo Dilma houve o desmonte drástico nas políticas de agricultura familiar e partes do Proinfns aprovados não foram implementados no estado.

As diversas particularidades do estado mostra neste cenário as diferentes dimensões que envolvem de um lado os atores ligados as elites agrárias e industriais, bem como de outro a atuação dos atores sociais rurais e urbanos. Ambas as perspectivas tem sido ainda pouco estudado e as parcerias, ou os incubadores nas palavras de Houtzager (2004) ainda são poucos debatidos. O que mostra que o território sul-mato-grossense ainda é um campo aberto de pesquisa.

AS DIMENSÕES POLÍTICAS E OS PROJETOS EM JOGO

A capacidade de influenciar a agenda política e os rumos do estado na economia e desenvolvimento da sociedade sul-mato-grossense são reflexos que podem ser dirigidos aos principais atores políticos e sociais do estado. O posicionamento de tais atores, bem como seus interesses e perspectivas na política nacional, estadual ou local deixam pistas de suas posturas e bandeiras de luta. Ademais, também podem ser classificados a partir dos projetos políticos aos quais podem ser diretamente vinculados. A noção de projeto político é compreendida por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), a partir de uma concepção *gramsciana* sendo caracterizada como um meio de análise das crenças, interesses, concepções de mundo, representações da vida e das orientações e escolhas da ação política de diferentes sujeitos no âmbito da América Latina desde início do século XXI.

As escolhas dos sujeitos e suas relações conflitivas expressam e produzem significados que integram, sobretudo, suas matrizes culturais podendo conforme os autores se relacionar ou estar associado ao projeto político autoritário, democrático-participativo e neoliberal. O primeiro deles que opera dentro da dinâmica do autoritarismo e encontra-se em latência em toda América Latina e se restringe as facetas conhecidas do autoritarismo, ao qual não nos aprofundamos nem tecemos relações neste recorte. Já projeto democrático-participativo consiste no aprofundamento e radicalização da democracia a partir do fortalecimento da participação da sociedade nas decisões e nas políticas públicas diante a um estreitamento das relações entre o Estado e a sociedade. Acerca deste projeto incide, sobretudo, a necessidade de reconhecer a heterogeneidade da sociedade civil e do Estado, dos projetos políticos em jogo e das trajetórias tanto da sociedade civil (atores sociais diversos como associações de moradores, movimentos e sindicatos) como da sociedade política (partidos, entidades). A heterogeneidade engloba a pluralidade política e social que acompanha o desenvolvimento histórico da América Latina se opondo a ideia, por exemplo, de um estado mínimo.

O projeto neoliberal é centrado no ajuste do estado em suas relações com a sociedade ou, mais precisamente, na necessidade de ajustar a economia à expansão do capital internacional. Este projeto conforme enfatiza os autores se consolida no Brasil a partir da eleição do presidente Fernando Collor de Melo em 1989, que aponta para a implantação do ajuste neoliberal e o fortalecimento da ideia de emergência de um estado mais reduzido e interessante para o mercado e aos interesses neoliberais.

Todos estes projetos estão condicionados ao jogo político que perpassa e tem como pano de fundo a democracia representativa, embora não se restrinja somente a ela e, sim a um conjunto de sujeitos e articulações que evidenciam a disputa dentro e fora do jogo político. No âmbito da sociedade política estas disputas se concentram no controle da agenda de governo que se ancora, sobretudo, na representação de partidos que representariam segmentos e classes diferenciadas da



população. Os alinhamentos ou enquadramentos dos conteúdos programáticos entre partidos conservadores e não conservadores, ou mesmo seus posicionamentos em relação a determinadas demandas permitem identificar características que possibilitem vinculá-los aos projetos políticos em curso no país.

As características dos partidos que se consolidam entre os anos 1970-1990 dão pistas importantes dos seus projetos políticos, embora em um primeiro momento sejam em sua maioria partidos conservadores com pautas voltadas ao projeto neoliberal. Estes partidos seriam conforme Mainwaring, Meneguello e Power (2000) mais inclinados a formas restritas de democracia, demonstrando, por exemplo, menos empenho em aprovação de políticas ligadas a direitos sociais. Além disso, os partidos conservadores defenderiam maior abertura ao capital estrangeiro, enxugamento do Estado e apoio as agendas neoliberais. Todavia, os partidos conservadores segundo apontam os autores não são, no entanto, os responsáveis isolados pela introdução das agendas neoliberais no Brasil e, sim, os partidos conservadores que seriam vinculados a direita ou a extrema-direita, ou seja, aqueles que tiveram envolvimento mais direto com as políticas neoliberais desde os anos 1970.

No entanto, analisando o estado do Mato Grosso do Sul a partir da noção de projeto político podemos brevemente classificar os partidos políticos dentro de seu componente ideológico. Logicamente que este exercício pode apresentar inconsistências tendo em vista as possíveis mudanças de perspectiva de um partido no âmbito das interpretações de seus analistas ao longo do tempo. Porém, acompanhando aqui a classificação de Mainwaring, Meneguello e Power (2000), temos como partidos de direita e centro-direita as seguintes siglas: Partidos de direita - PDS, PFL, PL, PPB, PPR, PRN, PRONA, PRP, PSD; *Partidos de centro-direita* - PDC, PMB, PMN, PP, PSC, PSL, PST, PTB, PTR.

Ampliando este recorte com partidos criados até os anos 1990, temos conforme os autores a seguinte classificação: *partidos de direita* - PPB, PFL, PTB; *partidos de centro* - PMDB, PSDB; *partidos de esquerda* - PDT, PT². Neste cenário os partidos conservadores tanto de direita como de centro foram classificados como pouco propensos as mudanças que alterem as estruturas sociais e econômicas, mas igualmente abertos e apoiadores das políticas neoliberais. No entanto, se analisarmos a questão partidária vinculada ao governo do estado temos, por outro lado, um cenário mais abrangente e diversificado, especialmente entre o período de emancipação do estado em 1979 e 2006, como mostramos abaixo:

Quadro 01. Governadores do estado entre 1979-2006

Governador	Partido	Gestão
Harry Amorim Costa	ARENA	Janeiro-junho/1979
Marcelo Miranda Soares	ARENA/PDS	Julho-1979/ Outubro-1980
Pedro Pedrossian	ARENA/PDS	Novembro-1980 / Março-1983
Wilson Barbosa Martins	PMDB	Março-1983 / Maio-1986
Marcelo Miranda Soares	PMDB	Março-1987 / Março-1991
Pedro Pedrossian	PTB	Março-1991 / Dezembro-1994
Wilson Barbosa Martins	PMDB	Janeiro-1995 / Dezembro-1998
José Oricilio Miranda do Santos - Zeca do PT	PT	Janeiro-1999 / Dezembro-2006

Fonte: Bittar (2009) adaptado pelo autor.

2 Embora, esta breve classificação dos pólos ideológicos seja válida dentro do recorte histórico é possível que novos enquadramentos possam ser feitos nos dias de hoje, à medida a localização ideológica possam ter sofrido mudanças.

O quadro acima permite relacionar um conjunto de cenários interpretativos para o estabelecimento de uma conjuntura política e da receptividade dos projetos políticos. O primeiro deles deriva do fato de termos entre 1979-1998 somente governos ligados ao conservadorismo e as elites agrárias e latifundiárias. Embora, no entanto, o PMDB seja considerado de centro, é possível identificar que alas mais conservadoras ganham protagonismo dentro do partido neste período (BITTAR, 2009). Outro aspecto direto e, que podemos observar no quadro mencionado se refere a pouca alternância no poder, ou seja, há uma predominância de governos que representam basicamente os mesmos segmentos de atores por um longo período. Além disso, podemos mencionar, dado o perfil dos governos, que não haveria oposição aos projetos neoliberais em curso, pelo menos desde o governo Fernando Collor de Melo no final dos anos 1980 até o governo de Fernando Henrique Cardoso entre 1995-2002. Não obstante, para Abreu (2008), não houve diferenças na postura de governo de estado inclusive no governo PT entre os anos de 1999-2006, haja vista que a plataforma econômica era de manutenção do *status quo* e, portanto, de defesa de políticas industriais neoliberais.

É interessante notar, por outro lado, que a penetração dos atores políticos vinculados a agropecuária se estenderá de igual maneira aos governos municipais. A este respeito se olharmos para a capital do estado Campo Grande, vemos alguns reflexos deste cenário tendo em vista que entre 1983 e 2016 teremos representantes do mundo agrário e profissionais liberais direta ou indiretamente vinculados ao mundo agrário sendo governado predominantemente pelo PMDB e, com registros pontuais do PTB e PP. Os atores do executivo municipal da capital também ocupariam o governo vagas no legislativo estadual e federal. Neste sentido, seria plausível que encontrássemos posturas governistas mais abertas e propensas a políticas neoliberais condizentes com o perfil político conservador.

Tal característica torna-se mais evidente quando observamos a composição de bancadas voltadas as demandas rurais no legislativo estadual e federal. Entre elas se destacam as bancadas ruralistas, como a União Democrática Ruralista – UDR. Esta entidade em especial conforme menciona Bruno (2020) foi criada por grandes proprietários de terra em maio de 1985 tendo como objetivo defender a propriedade privada e os interesses do setor agrário frente às políticas de reforma agrária e outras ameaças a propriedade e aos seus interesses particulares. Como expressam Simionatto e Costa (2012), as bancadas ruralistas estão presentes no Congresso Nacional sendo formadas por grupos dominantes que utilizam o estado para se perpetuar no poder sendo um dos grupos mais antigos e organizados do Congresso. As mesmas vêm alcançando sucesso em suas demandas atuando, sobretudo, em prol do agronegócio. Em linhas gerais seu surgimento deriva do debate do patronato rural dos anos 1980 a partir da sua ofensiva contra o velho e atrasado mundo agrário. Nesta perspectiva, estaria ancorada no processo de modernização agrícola derivada dos novos padrões de produção do campo e dos avanços tecnológicos envolvendo a agricultura e a indústria (SIMIONATTO e COSTA, 2012).

Estas características influenciarão conforme menciona Cunha (2002) o crescente volume de produtos agropecuários disponíveis, o que sinalizaria uma industrialização de transformação de produtos primários e industrializados oriundos de sua base rural produzindo e acelerando o processo de produção e circulação capitalista. O panorama evidenciado é característico de sociedades de base rural como o estado de Mato Grosso do Sul, mas não exclusivo do estado. Além disso, as bandeiras ou projetos ruralistas também não são unicamente defendidos por um único partido político ou campo ideológico, mas, conforme Simionatto e Costa (2012) de praticamente todas as siglas partidárias e ideológicas. Segundo o levantamento realizado por estes autores, as bancadas ruralistas são compostas por partidos distintos e, embora a predominância seja de partidos de direita



também se constata na formação destas bancadas partidos que podem ser classificados como de centro e de esquerda, inclusive com partidos como o PT e PDT.

Embora as bancadas representativas no Congresso Nacional e nos estados tenham características específicas os apoiadores ou a vinculação de deputados é explícita quando se analisa suas declarações nos Tribunais Eleitorais. Usando este método para tentar visualizar uma ligação dos deputados estaduais de Mato Grosso do Sul ao contexto agrário ao longo de quatro mandatos chegamos aos seguintes resultados:

Quadro 2. Quantidade de deputados estaduais ligados a terra

Pleito Eleitoral	Quantidade de partidos	%
2002	11	45%
2006	09	42%
2010	05	20%
2014	08	34%

Fonte: TRE - MS (2016).

Tendo em vista que a assembléia do estado possui 24 cadeiras, os números apontados são significativos e mostram a representatividade dos atores ligados ao setor agrário e ao latifúndio do estado. O pertencimento dos atores políticos aos segmentos agrários e industriais do estado indica certamente baixa propensão para que estes atores votem contra suas possíveis bases eleitorais, sendo mais plausível que sejam mais receptivos aos projetos neoliberais. Analisando, por outro lado, os atores da sociedade civil, que diferente da sociedade política atua de forma mais combativa a partir de mobilizações e eventos de protestos, vemos em uma leitura superficial – já que ainda existem muito poucos registros sobre movimentos urbanos e rurais –, um conjunto de práticas em defesa do projeto democrático participativo.

A mobilização destes atores especialmente no período de democratização são alguns dos acontecimentos que marcam a efervescência das disputas políticas do estado desde os anos 1970. As mesmas poderiam ser vinculadas ao que Saes (2001) estabeleceu como emergência das resistências, ou seja, resistências que são localizadas variavelmente em setores do capital, da classe média e das classes trabalhadoras a certos aspectos derivados das políticas neoliberais. As resistências rurais e urbanas vão, neste sentido, pressionar o sistema político na defesa dos direitos sociais frente aos avanços das políticas voltadas ao receituário neoliberal.

Ao longo dos anos 1980 e especialmente no período democrático identificam-se manifestações de diversos segmentos sociais na defesa dos direitos sociais negados ou suprimidos. No estado Mato Grosso do Sul diversos registros evidenciam a ampla variedade de mobilizações que simboliza a luta por demandas pontuais e específicas de grupos excluídos de direitos sociais. Conforme o Jornal dos Movimentos Populares que foi um instrumento importante de voz dos movimentos sociais do estado entre os anos de 1986-1989 podemos identificar entre os diversos segmentos como os: Movimentos dos Posseiros Urbanos - MPU, Movimentos das Empregadas Domésticas, Movimentos Popular de Saúde – MOPS, Movimentos Indígenas, entre outros movimentos. Adiciona-se a isto a autuação de diversos sindicatos como Central Única dos Trabalhadores – CUT, a Federação dos Servidores Públicos – FEDERASUL, Federação dos Professores – FEPROSUL. Destaca-se, no entanto, entre os movimentos existentes do período os que entraram em conflito pela posse da terra e a reforma agrária. Demandas enfatizaram a disputa entre o projeto neoliberal e o democrático-participativo, pois a maior distribuição de terra ou o reconhecimento de terras indígenas afrontou diversas vezes os interesses das elites que representam o grande latifúndio e os segmentos industriais no estado.

Este período que ilustra a maior efervescência e a visibilidade dos projetos e seus principais atores no âmbito da transição democrática brasileira segundo Houtzager (2004) permitem que os movimentos de camadas populares tanto se reunir como inserir suas demandas na agenda nacional e garantir seu acesso nas arenas de tomada de decisão. As transições democráticas como enfatiza o autor, ocorrem basicamente “quando as elites freqüentemente em resposta as ações de atores que não pertencem às elites, contestam e renegociam alianças políticas nacionais e instituições que regulam o conflito político (HOUTZAGER, 2004, p. 128).”

As transições também dariam novas oportunidades para os movimentos populares, inclusive de forjar alianças com atores da elite. Entretanto, segundo o autor dois processos caracterizados em nível nacional no âmbito das transições democráticas seriam significativos. Ou seja, o processo de renegociação das alianças políticas que sustentam os regimes e a redefinição das ligações estruturais que unem o estado e a sociedade. A contextualização destes processos no período de democratização no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul é ainda carente de estudos empíricos, sobretudo, em relação à posse da terra. Em contrapartida o que parece até o momento ser mais evidente é um crescente movimento de pressão aos governos para a reforma agrária e legalização de territórios indígenas. Este último culminando em grande medida em longas disputas judiciais.

O amplo jogo de forças envolvendo tanto representantes dos segmentos agrários como os atores sociais indígenas e rurais foi ao longo dos anos se tornando cada vez mais visível dado a organização e atuação mais incisiva destes últimos. A marcha dos movimentos territoriais e de povos tradicionais pelo acesso a terra ampliou neste sentido o enfrentamento com as classes latifundiárias, sobretudo, devido ao processo de apropriação capitalista da terra, iniciado ainda antes da emancipação política do estado (MELO 2017). É decorrente deste processo que o grande latifúndio ganha mais espaço e se ascende de modo mais rápido através das elites agropecuárias da região.

O contrapondo a esta ascensão se revelou ao longo dos anos com o aumento do movimento de ocupação de terra que ocorreu em praticamente todas as regiões do estado. Segundo o levantamento realizado por Melo (2017) a primeira ocupação de terra no estado foi registrada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST que ocupou a Gleba Santa Idalina na cidade de Ivilhema - MS em abril de 1984. Episódio que teve a participação na época de 1500 famílias. Entre os anos 1988 e 2014, no entanto, houve mais 604 ocupações que ocorreram em diversas regiões envolvendo um total de 92.226 famílias. O Movimento Indígena do estado foi responsável segundo o autor por 118 delas, enquanto a CONTAG e o MST realizaram respectivamente 113 e 72 ocupações. Reforçando as demandas pela terra e a reforma agrária, estiveram as famílias de brasiguaios vindo do Paraguai e das regiões de fronteira de estado. Segundo o Boletim de Repatriamento de Brasiguaios (1993), houve entre os anos 1980 e início dos anos 1990 mais de 40 ocupações, que envolveram aproximadamente 4000 famílias.

Mais recentemente, embora o protagonismo das ocupações até 2012 se dividisse entre o MST e o Movimento Indígena, foram os indígenas os atores que ganharam maior destaque nas últimas décadas. Isto em virtude das políticas mais recentes serem muitas vezes desfavoráveis aos territórios indígenas e mais abertas ao crescente avanço do agronegócio. Ao lado das diversas manifestações que envolvem as disputas atreladas à posse da terra, podemos acrescentar ainda às mobilizações urbanas que se destacaram especialmente a partir dos anos 1980 envolvendo diversos atores. Entre eles os movimentos sindicais, estudantis, professores da rede pública e os movimentos sociais ligados a moradia, que tinham como palco principal de manifestação, a cidade de Campo Grande (BITTAR, 1998).



Ainda no período de redemocratização e no processo da Constituinte de 1987 podemos destacar em relação ao estado a intensa mobilização popular que conseguiu adesão de milhares de pessoas à assinatura reivindicando demandas e direitos específicos. As assinaturas daquele período fornecem algumas pistas importantes sobre o capital político e social da população do estado. Embora, o universo de participantes seja ainda relativamente baixo naquele momento, com um quantitativo de 60.000 assinaturas, os resultados foram significativos como mostramos abaixo:

Quadro 3. Total de assinaturas da Constituinte no Mato Grosso do Sul

Ordem	Distribuição das 60.000 assinaturas do em ordem decrescente no estado:	Total de assinaturas no país em ordem decrescente:
1º	Direitos das Mulheres	Reforma Agrária – 1.201.382
2º	Participação Popular	Direitos dos Trabalhadores – 916.887
3º	Povos Indígenas	Participação Popular – 367.049
4º	Ensino Público Gratuito	Ordem Econômica e Social – 316.381
5º	Saúde	Ensino Público e Gratuito – 287.151
6º	Reforma Agrária	Reforma Urbana – 133.064
7º	Ordem Econômica e Social	Povos Indígenas – 85.285
8º	Reforma Urbana	Saúde – 53.013
9º	Direitos dos Trabalhadores	Diretas Já – 49.178
10º	Diretas Já	Direitos das Mulheres – 42.444

Fonte: Jornal dos Movimentos Populares (1987, p. 4), organizado pelo autor.

Os dados acima mostram alguns aspectos interessantes como, por exemplo, o fato dos direitos das mulheres serem um dos itens mais votados com cerca de 8.000 assinaturas. Se considerarmos os padrões e valores machistas de nossa época, este dado é bastante significativo. Na seqüência, o segundo item, participação popular pode ser considerado um chamado as diferentes manifestações populares especialmente do campo, tendo em vista que a participação em instâncias participativas urbanas não se consolidou na mesma velocidade e intensidade como o ocorrido em outras regiões do país, exceto aquelas relacionadas aos conselhos gestores municipais e os Conselhos Regionais de Campo Grande.

Em todo caso é possível observar que as experiências mobilização social em torno do campo foram significativas consistentes. Neste contexto, se considerarmos que desde o nascimento do estado o mesmo foi pensado como um “estado modelo” de democracia e com perspectiva de alta participação comunitária especialmente em torno de um planejamento participativo, podemos considerar como observou Bittar (1998) da construção de uma farsa.

Ainda em relação ao quadro de assinaturas é possível ver que a pauta dos povos indígenas alcançou a terceira posição e a questão da reforma agrária a sexta posição. Os dilemas em torno da questão indígena e o fato do estado ter a segunda maior população indígena do país pode ser entendido como outro marco importante fazendo jus à necessidade da sociedade buscar responder as suas demandas que ainda hoje são centrais. Já a pauta da reforma agrária que aparece somente como o sexto ponto mais votado pode de certa forma nos soar estranho para um estado formado por grande concentração de terra nas mãos de poucos. Este aspecto talvez merecesse uma melhor colocação, mas diante as pautas melhores classificadas não significa falta de apoio popular, mas que outras pautas merecessem maior atenção naquele momento. As informações resultantes deste amplo

panorama representam de modo geral um diagnóstico importante, embora sem ter uma participação tão expressiva. Porém, se considerar que na Constituinte a coleta de assinaturas não era algo obrigatório, é possível entender que as assinaturas foram significativas. Além disso, vale considerar que de certo modo a Constituinte marcou o ineditismo da participação popular brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dimensões política e econômica que se estruturam no debate conjuntural do estado trazem muitos detalhes que permitem estabelecer um panorama de leitura fecundo. A identificação de algumas das principais mudanças e a transformação histórica do estado parece ser um passo fundamental, especialmente para o desenho e aplicação de políticas que, sobretudo, sejam mais efetivas quanto a uma passível solução dos problemas que ainda atingem o estado. Os projetos políticos mostram neste caminho que a tendência de acompanhamento das políticas neoliberais pelos atores políticos ligados a elite do estado são nítidas se olharmos o baixo grau atuação do governo em relação às principais demandas sociais.

As características apresentadas pelo estado mostram que as demandas relacionadas à terra obtêm preponderância na história da região, bem como as políticas voltadas ao desenvolvimento, que se ancoraram ao longo do tempo priorizando setores econômicos em detrimento as camadas sociais mais vulneráveis. Identifica-se nesta conjuntura a ausência de diretrizes mais efetivas, entre as quais as relacionadas à questão indígena. Diante a este panorama identifica-se que atores indígenas da atualidade e brasiguaios das décadas de 1980 são respectivamente alguns dos principais atores excluídos da pauta pública. Em contrapartida se observa que as diretrizes que representaram as elites agrárias e industriais do estado vieram sendo favorecidas por políticas de estímulo ao setor rural e industrial.

O revezamento das elites no poder executivo e legislativo do estado, bem como a predominância dos conservadores assinala este cenário desigual de políticas. Contudo, em linhas gerais são múltiplas as possibilidades de estabelecer uma análise de conjuntura sobre estado. A breve análise que aqui se buscou apresentar foi bastante sucinta neste sentido, pois como ressaltamos em diferentes pontos há ainda enorme carência de dados no âmbito da política. Todavia, esta exposição apresenta informações úteis no sentido a ampliar o campo de pesquisa empírica. Em todo caso, o que se observa no estado não se diferencia muito de outras realidades com a predominância e influência das elites locais na agenda política em detrimento a outros setores sub-representados. Aspecto que manifesta o *status quo* brasileiro de décadas de história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço sul-mato-grossense – contexto, propósitos e contradições**. Dourados: Editora UFGD, 2014.

ALBANEZ, Jocimar. L. **Ervais em queda: transformações no campo no extremo-sul de Mato Grosso (1940-1970)**. Dourados: Editora UFGD, 2013.

BAQUERRO, Marcelo.; PRA, Jussara. R. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre**. Ed. UFRGS, 2007.



BITTAR, Mariluce. **Estado, educação e transição democrática em Mato Grosso do Sul, Campo Grande**. Editora UFMS, 1998.

_____. **Mato Grosso do Sul: a construção de um estado. Vol. 2. Poder político e as elites dirigentes sul-mato-grossense**. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

Boletim do Movimento pelo Repatriamento dos Brasiguaios de Mato Grosso do Sul. Brasil uma pátria para todos os brasiguaios, nº. 1, Janeiro de 1993.

BOBBIO, Norberto.; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 2008.

BRUNO, Regina. Verbete. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agro-industriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária / Ed. Univ. Rural, 1997. In: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/união-democratica-ruralista-udr>. Acesso em 06/05/2020.

CARMO, Jefferson. C. Estado de Mato Grosso do Sul, Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul: Políticas de Educação técnica profissional. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 19, n.1, p.61-76, jan/mar. 2018.

CODATO, Adriano. **Metodologia para identificação das elites: três exemplos clássicos**. In: PERSINOTTO, Renato.; CODATO, Adriano. (ORGS). Como estudar elites. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

CORREA, Valmir. B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943**. Campo Grande. Editora UFMS, 2006.

CUNHA, Jose. M. P. A migração no Centro-Oeste Brasileiro no período 1970- 96: o esgotamento de um processo de ocupação. **Núcleo de Estudos de População**. Campinas, UNICAMP, 2002.

DAGNINO, Evelina.; OLVERA, Alberto.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E; OLVERA, A; PANFICHI, A. (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 13-92.

HOUTZAGER, Peter. P. Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil Rural (1964-1995). São Paulo: Ed. Globo, 2004.

Jornal dos Movimentos Populares. Mato Grosso do Sul na Constituinte. Jornal dos Movimentos Populares. Campo Grande. Ano II, nº. 9, agosto. 1987.

MAINWARING, Scott.; MENEGUELLO, Raquel.; POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MELO, Danilo. S. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. **Revista Nera**, ano 20, nº. 39, p. 133-160, 2017.

MIZUSAKI, Marcia. Y. Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena. **Revista Nera**, ano 20, nº 39, p. 39-59, 2017.

NARDOQUE, Sedeval.; MELO, Danilo. S; KUDLAVICZ, Mieceslau. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **Revista Okara: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 624-648, 2018.

PEDONE, Luiz. Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Público. FUNCEP, 1986.

PERSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe por uma análise societária da política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 243-270.

RAPOSO, Eduardo. V. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. **Perspectivas: São Paulo**, v. 53, p. 159-177, jan/jun, 2019.

SAES, Decio. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SILVA, Marcos. F. Políticas de governo e planejamento estratégico como problemas de escolha pública – I. **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo, v. 36, n. 3, p. 32-41 Jul./Ago./Set. 1996

SIMIONATTO, Ivete.; COSTA, Carolina. R. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**, ano 12, n. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012.

SOUZA, Claudio. F. Terra e poder em Mato Grosso do Sul: as alianças políticas e os projetos de educação. 1997, 232 f. Tese (Doutorado em Educação), **Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP**. 1997.

SOUZA, Herbet. J. Como se faz análise de conjuntura. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

STEINBERGER, Marília. Região Centro-Oeste: uma visão geopolítica. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1, jan/dez. 2000, p. 31-49.

ZAMBERLAN, Carlos, O. et.al. Análise da industrialização sul-mato-grossense em face a industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v. 6, n. 3, p. 114-135, set/dez. 2010.

